DOS ESCRITOS DE PAULO DUARTE: *MEMÓRIAS* E *PALMARES PELO AVESSO*

Sherloma Starlet Fonseca

Resumo: Paulo Duarte (1899 -1984) apresenta sua percepção dos acontecimentos da década de 1930 nos dois primeiros volumes de suas *Memórias* e na crônica *Palmares pelo Avesso.* São essas as obras analisadas nesse artigo, que busca discutir o movimento constitucionalista de 1932. O autor foi ex-combatente e envolveu-se diretamente na organização do que resultou no maior conflito armado em território brasileiro. Objetiva-se compreender as obras considerando os elementos da temporalidade e o projeto de memória que podem ser encontrados presente nas obras. As reflexões de quem vivenciou os fatos são fontes históricas relevante para se entender a maneira pela qual a memória do passado constrói as pontes para o presente e o futuro.
Palavras-chave: revolução constitucionalista, Paulo Duarte, escrita da história.

Introdução

É inegável que os acontecimentos de 24 de outubro de 1930 tornaram se marco na história do Brasil. Mesmo para os que vivenciavam os fatos, e não conheciam a amplitude de transformações desencadeados a partir da década de trinta, o movimento causou tremores na ambiente político e já representava a inauguração de tempo novo. Os princípios revolucionários foram defendidos para além dessa data e motivaram a continuação da luta democrata e liberal que eclodiu em um conflito armado em 1932.

Nesse artigo, busco apresentar a memória do movimento de 1932; para isso, parti-se de um foco diferenciado de uma revisão bibliográfica e das versões consagradas pela historiografia. Pretende se demonstrar a concepção de um autor contemporâneo aos fatos que manifestou sua análise, mas também sua subjetividade. Paulo Alfeu de Junqueira Duarte escreveu *Palmares pelo Avesso* e suas *Memórias*, cujos dois primeiros volumes tratam dos primeiros anos da década de 1930. O conteúdo dessas obras corresponde ao quesito selecionado, pois além do autor ter se envolvido diretamente nas “revoluções”

desse período, ao escrever sobre suas vivências, faz uma crítica aprofundada das motivações e causas da derrota de 1932.

Entre tantos personagens históricos importantes da década de trinta, Paulo Duarte[1] destaca-se pela defesa veemente contra o Partido Republicano Paulista (PRP) e o populismo. Tornou-se conhecido no cenário nacional pelos seus trabalhos como jornalista de *O Estado de São Paulo.* O emprego no jornal possibilitou o contato deste com a família Mesquita e Amadeu Amaral, dos quais se tornou amigo íntimo e admirador. O autor participou, junto com esses, do processo de cisão do PRP e da fundação do Partido Democrático (PD) e, como incentivador das determinações do partido, foi revolucionário em 1930 e 1932.

Ao analisar *Memórias* e *Palmares pelo Avesso*, nos deparamos não só com o conteúdo da obra, mas com a personalidade e com as intenções do autor. A escrita de obras memorialistas faz com que o autor seja, ao mesmo tempo, objeto e sujeito de uma "escrita de si"[2], produzindo um registro sobre sua própria história. Nas obras, Paulo Duarte deixa seu depoimento perante a história: é um ato intencional e programado durante anos. Revela se um projeto de memória e é esse ato que valorizamos nesse texto: as concepções de uma obra subjetiva e proposital de preservação de uma versão da história.

1Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro Duarte (1899 -1984), nasceu na cidade de São Paulo. O mais velho dos sete filhos de Hermínio Monteiro Duarte e Jovina Dinis Junqueira Duarte. Passou parte da infância no município de Franca (SP). Aos catorze anos começou a trabalhar em empresas de comunicação. Ingressou em o *Estado de São Paulo*, em 1919, onde se consagrou como jornalista. Foi um dos colaboradores para a fundação do Partido Democrático e seu jornal oficial *Diário Nacional*. Foi exilado em 1932 e no regresso ao país ingressou no Partido Constitucionalista — sucessor do Partido Democrático — elegendo-se deputado estadual no pleito de 1934. Em 1937 atuou na criação do Departamento de Cultura de São Paulo. Logo depois, foi enviado para o segundo exílio. Ao todo foram aproximadamente nove anos exilado. Trabalhou em museus no exterior, entre eles o *Musée de l'Homme*, em Paris, dirigido por Paul Rivet. No Brasil foi um dos responsáveis pela fundação da Universidade de São Paulo, onde dirigiu o Instituto de Pré-História. Foi compulsoriamente aposentado e teve seus direitos políticos cassados pelo AI-10. Foi escritor e diretor da revista *Anhembi* e produziu muitos livros e artigos sobre antropologia, política, biografias e crônicas, marcados pela sua passionalidade, pela escrita caudalosa e polêmica.

[2] Ver Ângela de Castro Gomes (org). *Escrita de si, escrita da História*, RJ: FGV, 2004. A "escrita de si" compreende o conjunto de fontes documentais composta por diários, correspondências, biografias e autobiografias, em que a escrita do autor assumi sua subjetividade, pois ele constrói sobre ela a "sua verdade". Aos historiadores interessa no estudo desses registros a compreensão do que o autor sentiu e experimentou em relação ao acontecimento. O debate é demarcado pela relação entre história e memória: pela questão da temporalidade e pelo enfrentamento da dimensão subjetiva da documentação.

O objetivo não é encontrar no documento a versão mais verdadeira do tempo pretérito, mas é o de identificar como o real foi pensado, escrito e dado a ler pelos contemporâneos dos acontecimentos. A obra tornou-se um objeto singular a ser decifrado tanto em suas condições de produção, quanto na sua organização discursiva.

Nas obras selecionadas, que são dedicados a tratar das revoluções de 1930 e 1932, constata-se dois momentos de escrita: o primeiro, o rente aos fatos, durante o governo Vargas; o segundo, vinte anos depois do fim desse governo, no período de Ditadura Militar.

O primeiro é uma escrita feita no exílio na Europa, para onde Paulo Duarte e os outros exilados foram enviados após a derrota da luta constitucionalista. Nesse momento, é comum, sobretudo, a escrita epistolar trocada entre os exilados e entre esses e os parentes e amigos que estavam no Brasil. É deste período também, a obra *Palmares pelo Avesso*, um relato sobre o cotidiano da batalha. Por terem sido escritas pouco tempo depois, as cartas e a crônica apresentam as impressões do autor contemporâneas aos fatos, revelando descobertas e ponderações. O afastamento geográfico e temporal dos acontecimentos proporcionou um momento de olhar sobre o passado e de busca por explicações da derrota. O exílio é mais que um estado físico; é um estado mental de reflexões. Talvez seja esse o primeiro "momento biográfico"[3] para esses intelectuais que buscaram na escrita propor ordenamento e sentido para os acontecimentos.

O material escrito e os documentos dessa época, que Paulo Duarte teve tanto empenho em guardar em seu arquivo pessoal[4], serviram lhe como referência para a escrita das *Memórias* e das epistolografias sobre Paul Riviet e Mario de Andrade, sendo considerados provas de legitimidade de suas palavras.

3Conforme Carlos Piña (1991), no "momento biográfico", o sujeito constrói uma imagem de si, isso é, uma representação, realizada para si e para os outros, de sua identidade como persona. A idéia de persona está relacionada à percepção do indivíduo como uno e múltiplo: único em relação a todos os demais e múltiplo no que diz respeito as seus papéis sociais. O sujeito moderno não é contínuo e harmônico, mas ao escrever apresenta o desejo de "unidade do eu".

4 A documentação pessoal de Paulo Duarte foi doado em 1969 para a Unicamp, onde se encontra hoje, custodiada no Instituto de Estudos da Linguagem, junto ao Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE). A catalogação foi concluída em março de 2007 sob a coordenação do Professor Doutor Pedro Paulo Funari.

> Ora, razões de defesa mais valor têm quando acompanhadas de documentos e provas incontestáveis no maior número possível. Possuo um arquivo de mais de cem mil comprovantes, embora mutilados pelas invasões repetidas mais de uma vez do meu domicílio pela polícia e ainda de papéis desaparecidos pela vida nômade que me condenaram cerca de dez anos de exílio e alguns anos mais de prisões (DUARTE, 1974: 5)

O costume de possuir um arquivo pessoal permite identificar em Paulo Duarte uma "intenção autobiográfica" que, conforme Philippe Artières (1998), é uma forma de contrapor a imagem social a uma imagem intima de si, num processo em que a objetivação (a escolha e classificação dos acontecimentos) cedem lugar a um movimento de subjetivação. Isso significa que o indivíduo no trabalho de triagem dos papéis preservados, que são expressões de sua identidade, tem a oportunidade de ordenar a narrativa e assim, ele reconstrói sua história, construindo um sentido a própria vida e uma imagem de si[5]. Segundo o mesmo autor, a autobiografia é a prática mais acabada desse arquivamento. No caso de Paulo Duarte, seus papéis integram suas *Memórias* e alguns deles são anexados (cartas e fotos) e compõe o enredo da narrativa.

Essa narrativa memorialista é preparada na década de 1965 e só publicada entre 1974 e 1980. Paulo Duarte percebe no momento a necessidade de uma escrita de oposição aos rumos discricionários que tomaram esses governos, que contrapusesse a consagração da imagem modernizadora da ditadura de Vargas e que preservasse os ideais constitucionalistas de respeito à Carta Magna e às eleições. Ao mesmo tempo em que a memória histórica - escrita no período da Ditadura Militar - via no passado varguista a legitimação para o governo de um Estado forte e despótico que conduzisse o desenvolvimento nacional; Paulo Duarte retomava suas lembranças para contrapor a versão hegemônica. A opção por escrever e publicar suas memórias, inserido nesse

---

5 Paulo Duarte, como reconhecedor do valor das memórias para a história, pressupunha a importância de sua contribuição pessoal para possíveis estudos futuros, por isso certamente escreveu esperando que seu registro fosse lido e servisse como fonte de estudo. Como escritor, e especialmente jornalista, a intenção de publicação dos escritos é perceptível. Alain Viala (*apud* Alberti, 1991) diferencia o autor do escritor: o "autor" mantém-se como autoridade, originalidade e autoria, o "escritor" passa a ser reservado aos "autores" para os quais se torna necessário publicar a obra, porque ser escritor não terá valor sem o ato que instaura a relação com o leitor.

contexto histórico, revela muito sobre a vontade do autor: demonstra a intenção de depor perante a história, de deixar um registro para o presente e o futuro de sua versão sobre tudo o que vivera na década de 1930, especialmente por acreditar que já se aproximar de sua morte.

> Sim, eu sentia necessidade de apresentar minhas razões de depor ter vivido e isso antes de vencer o prazo fatal que termina com a morte, que sempre, ronda perto daquele que, há muito, deixaram para trás o decênio dos "enta". Faço-o de alma alegre, pensando no esplendor de uma vida coerente que não cedeu diante do sacrifício.
>
> [...] Muitos não se deram conta de que todos os meus cometidos, certos ou não, aconteceram em torno sempre da pregação ou da defesa de uma idéia [...]. Ofereço-as aos homens esclarecidos desta terra, principalmente aos jovens cujo convívio sempre amei e sempre defendi dos chacais da brutalidade. Ofereço-a a esta terra que, com conseqüências, chegou a tratar-me com mais aspereza do que as terras do exílio que conheci. Terra que amo, que não me compreendeu. E o faço sem ressentimentos, porque quem raciocina e sente, sublima-se sempre. Ou será que eu quem não a tenha compreendido? (DUARTE, 1974:9-10).

Paulo Duarte acreditava na importância de seu relato para o presente e o futuro. Projeta se como uma pessoa qualificada a falar sobre os acontecimentos da década de 1930, pois escreve não apenas como testemunha ocular, mas como participante de importantes episódios da história nacional. O envolvimento do autor nos fatos faz com que, ao tentar narrá-los, ele ordene e dê sentido aos acontecimentos (e à própria vida). Conseqüentemente, essa narração acaba assumindo as marcas de sua subjetividade.

Ao escrever, o autor divulga seus conceitos, sua cronologia dos fatos, sua versão dos personagens e dos acontecimentos. O autor em suas "memórias autênticas" entrelaça presente, passado e futuro, projetando no seu "horizonte de expectativas" as experiências vividas[6], sendo um arauto de um tempo que estava sendo apagado, mesmo quando ainda resistiam suas marcas.

---

6 Sobre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativas" ver Reinhard Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos;* tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006. Expectativa e experiência, tomadas como categorias, ajudam a pensar o tempo porque elaboram uma relação interna entre os tempos: passado, presente e futuro. O espaço de experiência e o horizonte de expectativas são modificados progressivamente, num movimento de deslocamento no tempo, que (re) arruma o antes e o depois.

As imagens das revoluções da década de trinta apresentadas por Paulo Duarte em suas obras é o que se procuro apresentar nesse breve artigo.

1. 1932: pelo Brasil, por São Paulo, por 1930.

O envolvimento de Paulo Duarte nas campanhas políticas da década de 1930 ocorreu, especialmente, em decorrência de sua atuação em *O Estado de São Paulo.* No jornal, o autor conviveu com os novos intelectuais e empreendedores paulistas, como Julio de Mesquita. Esse ingressou no jornal em 1885, quando ainda era chamado de "Província de São Paulo". Era genro de José Alves de Cerqueira César, um dos fazendeiros do café do oeste paulista que contribuíam para o jornal e era um dos grandes chefes do Partido Republicano Paulista (PRP).

> (...) Cerqueira César, o avó [de Júlio de Mesquita Filho] era um dos últimos patriarcas que teve São Paulo. Homem altaneiro, chefe, o principal chefe talvez do Partido Republicano, era rígido e mandava. Com sua formação, até Júlio Mesquita, temperamento de boêmio inteligente, tivera choques. Por isso mesmo, Cerqueira César, às vezes, irritava-se com os rompantes de independência do genro, rebelde ao mandonismo do velho partido que exigia sujeição e humildade aos comandados. Diante dele se curvavam mesmos os altos chefes do velho Partido Republicano (DUARTE, 1974:70).

Nessa citação, percebe-se que a tradição patriarcal do "velho Partido Republicano" estava sendo questionada por um grupo de jovens e influentes liberais paulistas. São os dissidentes do PRP que formaram o PD. O autor se aproximou dos ideais do partido, ajudou a organizá-lo e, também, o seu órgão de imprensa, o jornal *Diário Nacional*, tornando se proclamador dos princípios democratas e liberais.

Paulo Duarte, então, integrou a campanha da Aliança Liberal em 1929, como membro do PD e jornalista do *Diário Nacional*. Foi um dos oradores nas caravanas

revolucionárias e incentivadores do golpe de outubro do mesmo ano. Paradoxalmente, divulgava-se que caso a campanha eleitoral pleiteada pela AL não fosse bem sucedida, os princípios democráticos seriam estabelecidos ainda que por meio da revolução armada.

> No Brasil, salvo pequenas exceções, não existe regime representativo. Não há eleições no exato sentido desta palavra [...]. Em resumo, dentro de um regime de simples ficção constitucional, o presidente da República governa discricionariamente, sem controle, sem responsabilidade. O governo onipotente de um homem que domina sem responsabilidade é a causa de todos os abusos.
> Cansada de lutar inutilmente contra essa máquina política, desesperada de melhorar a situação do País, dentro das possibilidades legais, decidiu-se a Nação pela luta armada (DUARTE *apud* PEREIRA, 1982: 4).

O recurso às armas ficou decidido durante o período de campanha. Como o resultado da eleição foi negativo para os membros da AL, praticamente se efetivou a ameaça, que foi evitada pela deposição "pacífica" do presidente Washington Luis, pressionado por uma parada militar em frente ao Cadete.

Ocorreu que Paulo Duarte ingressou no movimento revolucionário de 1930 por ser defensor dos ideários de liberdade e constitucionalidade. Acreditava contribuir para a construção de um tempo novo para o Brasil e que São Paulo, como pioneiro dos avanços da civilização brasileira, também deveria estar envolvido nessa nova empreitada. Contudo, surpreendeu-se com a direção para a qual o Governo Provisório de Getúlio Vargas apontava: o autoritarismo.

> O exercício do poder é uma das coisas mais difíceis do mundo. Com autoridade, o homem sente-se inclinado naturalmente ao abuso. Se este homem então é proveniente de camadas menos adiantadas, espiritualmente, como no geral acontece com os militares de todo o mundo ou de coletividades mais ou menos débeis, como é o caso do nosso povo, aquela inclinação surfe ainda mais irreprimível e violenta. Que dizer pois de um militar surgido, geralmente, sob a influência desses dois signos sociais?
> O característico da vida militar é justamente o autoritarismo e a força. No nosso caso particular, autoritarismo e força exercidos pelos menos preparados para deles usar. Por isso que as nossas questões políticas assumem sempre uma gravidade muito maior quando os militares pulam a janela dos quartéis para intrusar-se na casa civil da administração. Sem competência no melhor das vezes, no exercício das próprias funções na arte positiva da guerra, julgavam-se

> entretanto os únicos capazes da perfeição nos negócios complexos do governo (DUARTE, 1947: 209-210).

A crítica do autor é direcionada ao Governo Provisório, que nas primeiras medidas suspendeu os direitos constitucionais, cassou adversários políticos e impôs uma série de medidas centralizadoras; em suma, implantou uma espécie de regime ditatorial, tendo como principal base social de sustentação os tenentes[7].

Assim, a revolução começou a formar seus opositores. Medidas governistas como a nomeação de interventores estatais representaram o combate às oligarquias regionais e desagradaram ainda mais os perrepistas que haviam sido alijados do poder. Contrariando as pretensões dos aliados paulistas - o Partido Democrático, que representava o setor mais progressivo da elite estadual – o presidente nomeou interventor João Alberto, um tenente pernambucano. Este cargo era almejado por Francisco Morato, presidentes do PD. As elites dirigentes de São Paulo passaram a declaradamente defender a descentralização do poder. Nesse ínterim, o interventor João Alberto não resistiu às pressões políticas, demitindo-se em junho de 1931. A elite paulista cada vez mais unia forças com as classes médias urbanas e juntas derrubaram outros três interventores do estado. No setor militar, as altas oficialidades do Exército manifestavam-se insatisfeitas com o fortalecimento do tenentismo, por representar um quebra de hierarquia.

Os rumos da política nacional, pós-1930, se tornaram uma ameaça aos liberais, especialmente paulistas, pois o país que almejou se libertar das correntes e do eixo conservador acabou preso à ditadura. É nesse sentido que Paulo Duarte afirma que "1932 foi feito não contra 30, mas para repor 1930 em seus princípios violados e conspurcados por Getúlio e pelos tenentes" (1975:30).

A revolução de 1930 exacerbou o regionalismo paulista, pois o PRP interpretava que estava se fazendo uma "guerra contra São Paulo, sua riqueza, sua prosperidade e prestígio incomparáveis" (CAPELATO, 1989:33). O PD tinha opinião diferente:

---

7 Segundo José Murilo de Carvalho (2005), o tenentismo herdou dos positivistas o intervencionismo e o reformismo, mas dele se afastou pelo caráter mais militarista de sua ação. Os positivistas eram civilistas, contudo, os tenentes pregavam o predomínio militar na política e a necessidade de fortalecimento das Forças Armadas.

apoiaram a revolução acreditando que São Paulo sairia beneficiado. Quando os resultados apontaram para a restrição da autonomia de São Paulo, os antigos adversários uniram-se contra a ditadura na Frente Única Paulista.

Em 17 de fevereiro, foi divulgada o manifesto que anunciava a aliança entre o PD e o PRP "em torno de dois problemas que envolvem todas as nossas esperanças e destinos: a pronta reconstitucionalização do país e a restituição a São Paulo da autonomia de que há 16 meses se acha esbulhada" (PEREIRA, 1982: 81). É nesse sentido que Paulo Duarte afirma que "todo São Paulo estava entranhado nesta causa, pois além da questão constitucional aparecia também à frente a defesa do território paulista" (DUARTE, 1947:161).

As elites paulistas não admitiam que o estado responsável por 40% da renda do país, perdesse a liberdade de gerir os próprios negócios. A demora do Governo em definir o calendário das eleições da Assembléia Constituinte, fazia aumentar as insatisfações, pois esperava-se que a nova constituição consagrasse os princípios do liberalismo paulista, garantindo a autonomia do estado, tanto em aspectos políticos como econômicos.

Os representantes da classe dominante paulista enfrentaram o desafio de formar uma identidade constitucionalista. Como articuladores do movimento contra o Governo Provisório, concentraram seus esforços no encargo de convencer o país e os próprios paulistas de seu papel hegemônico como precursores do desenvolvimento da nação. A esse fim, foi desenvolvida uma pesada rede de propaganda dos ideais constitucionalistas divulgados em diversos meios: comícios, manifestos, panfletos, rádio e jornais.

A (re)constitucionalização é, então, apresentada como o principal fator de oposição ao governo que, embora empreitada por São Paulo, tinha como ideal o bem nacional, sendo essa a motivação que justificaria as medidas extremas como de guerra civil A revolução constitucionalista é descrita como o movimento em potencial que alteraria o cenário sócio-político brasileiro.

Falando em nome de "toda" a sociedade e a "todos" se dirigindo, adequaram os valores eternos (como Deus, família e prosperidade) às necessidades imediatas suscitadas pelas turbulências políticas e sociais, a fim de sensibilizar a população. Não houve

nenhuma convocação oficial de forças. A propaganda por si teve um sucesso perceptível na quantidade de voluntários que participaram da luta tanto no *front*, quanto na retaguarda. A força do movimento era exatamente o grande entusiasmo que tomou conta do paulista. Ao ler os relatos memorialistas, têm se a impressão que São Paulo inteiro corre para o alistamento.

O envolvimento da população paulista no movimento de 1932 otimizou os recursos do mais rico estado, que eram relativamente frágeis diante da precariedade das armas e por ter contra si as forças de outros estados. Se não fosse a eficácia dessa estratégia de conquista da opinião pública, o movimento constitucionalista teria terminado em poucos dias. Pois, apesar dos esforços paulistas, foi praticamente infrutífera a tentativa de conseguir o apoio de outros estados na defesa do constitucionalismo e São Paulo acabou isolado.

Baseando se em 1930, alguns soldados acreditavam que a revolução em 1932 seria concluída sem um único disparo de fuzil, que se trataria de uma simples parada militar, uma mera marcha triunfal até o Rio de Janeiro. Surpreenderam-se. Depararam-se com uma forte resistência armada das tropas federais.

> A princípio todos os moços levantaram-se, numa exaltação magnífica de entusiasmo para o grande desfile de uma vitória sem tiros. Depois toda essa exaltação desapareceu, não pelo horror que a guerra inspira naqueles que a conheceram de perto, mas pelo susto apenas das primeiras granadas e da primeira fuzilaria. O primeiro conctato deles com a linha de frente, contacto rápido, foi como uma ponta de agulha numa bola de gás (DUARTE, 1947:118).

Os constitucionalistas não estavam preparados para uma guerra efetiva e duradoura. Mesmo assim resistiram os três meses, com os recursos possíveis e muitas vezes convivendo com a falta deles, com toda inexperiência e desorganização. Foram motivados pelo entusiasmo coletivo em torno dos proclamados objetivos constitucionalistas. Entretanto, Paulo Duarte observa que a “experiência mostrou, rígida, que só o ideal não mantém o animo de uma tropa, mesmo uma tropa de elite” (Idem, Ibidem:96).

2. Explicações para a derrota

Palmares pelo avesso é a principal obra de Paulo Duarte sobre 1932. O livro é definido pela Biblioteca Municipal de São Paulo como um livro de crônicas. É característica do gênero literário que o autor "dialogue" com o leitor sobre fatos recorrentes, numa escrita simples, espontânea e que se situa entre a linguagem oral e literária. O cronista se situa entre o jornalístico e o literário na produção de textos que traduzem ao leitor a sua visão de mundo.

Desde os primeiros contatos no *front*, o autor apresenta algumas preocupações com o exército constitucionalista, pois apesar das esperanças do começo, percebe-se que o despreparo e a falta de organização das tropas são falhas importantes nesse momento decisivo de guerra e que podem levar a derrota. Gradativamente são incorporadas no texto críticas aos oficias, pois diante de um grupo de combatentes em que grande parte era formada por civis, cabia a eles que têm conhecimento militar guiarem as tropas. Para Paulo Duarte, com maus exemplos e maus comandos, os oficias são os principais responsáveis pelo revés paulista.

Os memorialistas e a historiografia comumente apontam a desorganização da guerra como um dos fatores da derrota. Segundo Alfredo Feijó, o militar da Força Pública ex-comandante do Regimento da Cavalaria do Rio Pardo estudado por Vavy Pacheco Borges (1997: 49): "(..) foram três os motivos que levaram à derrota, todos localizados no começo da luta: a má organização da revolução; a precipitação do 9 de Julho e a falta de comando geral em chefe... Tínhamos três entidades empenhadas numa revolução, sem um comando único, real e atuante".

Paulo Duarte não menciona diretamente a questão da precipitação da data, talvez pelo respeito e fidelidade ao comando de Euclydes Figueiredo, que foi quem liderou a decisão de dar início ao movimento em 9 de julho de 1932. Contudo, enfatiza a questão da má organização da guerra, que o decepcionava: "Passei a noite assuntando sobre a nossa desgraça e sobre a nossa desorganização. Quase dois meses de tempo, nem uma providência de preparação da guerra inevitável! Meio mês de guerra, nem organização, nem disciplina!" (DUARTE, 1947: 16).

Na citação, entende-se que a demarcação do momento inicial das batalhas não aparenta ser o fato de maior relevância, pois parecia evidente o caminho a que as hostilidades levariam. O que é criticado é a falta de planejamento, especialmente estratégico, sobre as manobras, os recursos materiais e humanos e toda a organização exigida num confronto armado.

A falta de armamentos foi outra grande dificuldade dos constitucionalistas. Além de que eram obsoletos. A ditadura, por outro lado, tinham o armamento do restante do país a seu favor e dispunha da capacidade de importação. Já os constitucionalistas enfrentavam bloqueia não só por terra, mas pelo mar.

A estratégia de Góes Monteiro era de que São Paulo encontrasse-se em uma situação parecida com a da Alemanha e do Império Austro-Húngaro durante a Primeira Guerra Mundial: que tivessem seu potencial industrial minimizado pelo bloqueio terrestre e naval, que neutralizava a capacidade exportadora e impedia a entrada de matéria-prima e insumos para a produção armamentista (PONTES, 2004).

Para os constitucionalistas a tarefa era, então, improvisar e adequar o mais depressa possível. O esforço de adaptação da indústria paulista para atender as demandas de maiores urgências – alimentos, fardas, capacetes e munições – surpreendeu pela rapidez do improviso e engenhosidade das adequações. O investimento paulista em armas e outros artefatos úteis para a guerra foi verdadeiramente considerável. Contudo, não solucionou o problema da falta de munição. Para enfrentá-lo, a criatividade dos engenheiros proporcionou a invenção de instrumentos com material disponível[8]. Algumas inovações tinham o objetivo de dissimular, como as bombas de fumaça usadas como cortina de deslocamento no *front* ou na camuflagem de pontos estratégicos. A principal arma dissimulatória é conhecida por “matraca”, instrumento de madeira que produzia um ruído semelhante ao de uma metralhadora a fim de enganar o inimigo.

As particularidades da guerra desenvolveram o espírito inventivo do guerreiro.

---

8 A Escola Politécnica aplicava se aos estudos, inventos e fabricações de armamentos e explosivos, sem o conhecimento perfeito do seu comportamento e dos acidentes que poderiam ser provocados. Muitas vezes, os politécnicos tiveram que resolver problemas com os quais nunca sonharam confrontarem-se, à iminência de uma explosão fatal.

> Quando ela arrebentara, os paulistas esperavam os seus aliados com os quais combinaram a execução sumária de uma ditadura. Apesar disso, os paulistas ficaram sós e sós fizeram a guerra. De modo que quase todo o armamento esperado foi defender a estabilidade ditatorial. Por isso a indústria bélica precisou ser improvisada, ante o bloqueio logo de início realizado. A fábrica de cartuchos trabalhava, mas a fabricação não permitia prodigalidade. Para poupar a munição, um "bresser" de Cruzeiro inventou a matraca. Instrumento de madeira que arremedava as metralhadoras. De noite servia para o tiroteio de inquietação, proclamava ao inimigo, de dia, uma potência de fogo que nunca possuímos...
> Mas apenas com as matracas e canhões de madeira não podíamos acompanhar as apostas adversárias feitas com artilharia pesada e quase um fuzil metralhadora para cada soldado. Daí a invenção das bombardas. Podíamos fabricar as bombardas, mas como obter os canhões para lançá-las? Artilharia primitiva, a fabricação não oferecia grandes dificuldades, entretanto, faltava o material capaz de resistir à explosão do arremêsso. Fabricou-se com o existente. Numa experiência de novo tipo de projétil, explodiu esse na boca da peça, matando um dos nossos generais e muitos outros elementos preciosos (DUARTE, 1947:124).

Na presunção de iludir o adversário, na verdade, procuravam iludir a si mesmos. Segundo o coronel Herculano de Carvalho (*apud* PONTES, 2004), permitir que os soldados se expusessem às balas adversárias, às granadas e ao metralhar dos aviões e tivessem como armas de defesa instrumentos que não o eram, já não era humano, era loucura.

Paulo Duarte não critica a invenção da matraca. Considera que foi uma necessidade diante das circunstâncias, uma iniciativa dos louváveis engenheiros da escola politécnica. Esses foram elogiados várias vezes por dedicarem-se intensamente a criação e construção de reforços bélicos meios de comunicação e transporte.

A Revolução Constitucionalista de 32 criou no país um esforço militar superior àquele exigido anos depois pela participação brasileira na Segunda Guerra. Só o conflito com o Paraguai (1865-1870) trouxe uma mobilização comparável pelo que exigiu dos recursos do país. Todavia, não havia uma boa defesa anti-aérea: "Aliás, nunca tivemos por assim dizer, uma defesa aérea. Uma ou duas metralhadoras comuns, que só casualmente poderiam atingir um aeroplano em vôo" (DUARTE, 1947: 114).

Se no começo os bombardeios pareceram inofensivos, a situação piorou com o tempo para os constitucionalistas - que muitas vezes ironizaram a ataques aéreos legalista, chamando de "aviação de caça e pesca", referindo-se a ineficácia dos seus efeitos destrutivos. Os mesmos reconheciam que, até nos ataques em que não se faziam

vítimas humanas ou que não havia destruição dos postos militares, os soldados sentiam-se amedrontados e aumentavam as debandadas.

> Desde a manhã, a nossa frente vinha recebendo ataque fortíssimo. As posições eram bombardeadas sem pausa. Aviões despejavam a sua carga que caia, geralmente, longe, nos morros ou dentro do rio. Atiravam as bombas de dois mil metros de altura, daí a ineficiência. Entretanto, o efeito moral era terrível. A impressão da impossibilidade de defesa. [...] Desde as primeiras casuais, o medo do avião penetrou definitivamente. Só ver o inimigo por cima, levava aos combatentes a convicção de que estavam descobertos, visto pelo aviador que poderia fazer alvo em cada um que quisesse... Por isso, o bombardeio aéreo, se não causava grandes danos, era um elemento terrível a semear o pânico, preparando a derrota (DUARTE, 1947:77-78).

O modelo mais conhecido dos aviões legalistas é o WACO C.S.O. Era um aeroplano, armado de metralhadora e porta-bomba. Foi popularmente chamado de “vermelhinho”. Realizou boa parte de suas missões no Vale do Paraíba, a frente Leste, onde Paulo Duarte combateu.

De modo geral, os constitucionalistas desenvolveram, durantes três meses, uma guerra de defesa. A hesitação das forças constitucionalista em executar a ofensiva permitiu que as tropas governistas se aproximassem e cercassem São Paulo. Do ponto de vista estratégico, a falta de um ataque inicial foi muitas vezes considerada uma das explicações para a derrota.

Contudo, a defesa não foi uma estratégia justificada apenas pela dificuldade de iniciativa de ataque: não havia a intenção de invadir o território de outros estados e, sobretudo, porque a tropa constitucionalista enfrentou tropas federais em proporções numéricas muito superiores e com maior profissionalização e isso foi fundamental.

A ofensiva ditatorial tornou-se mais feroz como um todo, seja por ar ou por terra. O exército legalista parecia perceber o enfraquecimento da defesa paulista. As trincheiras paulistas foram sendo ocupadas pelos adversários. Como peças de dominó, caíram as defesas de Queluz e depois de Areias, que foram abandonadas pelas tropas que recuaram para Silveiras. No caminho, os retirantes pararam em Vila Queimada, uma das grandes fazendas do Vale do Paraíba, na serra da Mantiqueira. Um lugar tranqüilo que a guerra

civil transformara em campo de batalha. Onde logo abriram as trincheiras e logo, também, foram vistos pelo inimigo em seus aviões.

Os ataques simultâneos representaram a queda de Vila Queimada. E a perda dessa posição implicou graves ameaças para outras, como o Lavrinhas e Pinheiros. Chegada a ofensiva a essas regiões: “A notícia queria dizer apenas que, dentro de duas horas, perderíamos Pinheiros! Perdida Pinheiros, a queda de Cruzeiros seria inevitável. [...] Caída esta, tínhamos que abandonar antes o grande flanco da frente leste: o Túnel!” (DUARTE, 1947: 213). O Túnel divide São Paulo de Minas Gerais e que era considerado um ponto militar estratégico de grande importância. A perda dessas regiões seria a decaída das forças constitucionalistas.

O Túnel foi mantido quase só pelo ânimo da Força Pública, instituição a quem os paulistas dedicavam confiança devido sua função de defensora do Estado. Contudo, “estas mesmas patentes que se cercaram de uma fama de lenda, desmoralizavam-se, depois do recúo de Cruzeiro, desfaziam-se como o fundo lamacento das trincheiras como as enxurradas dos morros” (Idem, ibidem: 238). A Força Pública assinou o armistício em 2 de Outubro. Tal atitude foi considerada uma dolorosa traição.

Mesmo nos momentos em que a derrota se aproximava, Paulo Duarte parecia acreditar que poderia haver como remediar a situação, mas esbarrava-se em empecilhos como: o pânico que tomou conta das tropas que estavam sendo derrotadas e, principalmente, a falta de compromisso com a causa constitucionalista, no momento em que era preciso resistir, para ao menos perder com dignidade. Convicto de suas percepções, o ex-combatente não se entregou.

Partiu com Euclydes Figueiredo para o sul, onde acreditavam que poderia haver luta. A partir de então começa a segunda fase da revolução: o momento da fuga, em que se busca intensamente a liberdade em outras terras, onde se possa continuar a oposição ao governo provisório ou, no último caso, seria essa uma alternativa para procurar o exílio na América do Sul. O roteiro foi assim planejado: “Este luxuoso iate que nos deveria transportar para o Rio Grande ou talvez para o exílio, para a República Argentina ou para o Uruguai, onde iríamos pedir asilo, caso todas as nossas esperanças tivessem também morrido no Rio Grande...” (DUARTE, 1947: 347).

Conforme Paulo Duarte (idem, ibidem: 346), a partida por mar representa o momento em que os resistentes deixaram para trás, “a montanha escura” que “nós separava de uma ditadura que havíamos combatido tenazmente, mas, vencedora, nos perseguia”. A frente, o Oceano Atlântico que simbolizava a liberdade daquele momento. Nesse sentido não trata-se apenas de uma fuga, mas de uma resistência “de meia duzia de soldados indelevelmente integrados nos ideais da Revolução” (idem, ibidem: 342), feita em nome da constituição, “a base dessa luz, doze letras que guiaram São Paulo na mais dolorosa rota da sua história” (idem, ibidem: 350).

Contudo, o grupo não chegou até o destino desejado, foram descobertos no litoral de Santa Catarina e de lá permaneceram um tempo na Casa de Correção no Rio de Janeiro. E então, enviados para o exílio na Europa. É nesse momento que o autor escreve *Palmares pelo Avesso.*

As inquietações de Paulo Duarte nessa obra nos remetem aos questionamentos do jovem alemão Paul Baumer - personagem do romance *Nada de novo no front*, de Erich Maria Remarque. O autor transmite para a narrativa um negativismo em relação à guerra; suas dificuldades de adaptação; o pesar por combater contra mineiros e pernanbucanos, companheiros de outrora, homens anônimos contra quem nada tinha; e também porque atrás da guerra havia muitos interesses oportunistas de poucos indivíduos[9], que tentavam conseguir espaço a custa do sacrifico alheio.

No entanto, as obras se distanciam, por terem significativas diferenças: o livro de Erich Maria Remarque- lançado em 1929 – é um protesto pacifista após a Primeira Guerra Mundial, da qual o autor fora testemunha; e *Palmares pelo Avesso* celebra a memória do movimento. Paulo Duarte mantém-se fiel a 1932 e é defensor do patriotismo paulista. O autor lamenta a perda dos constitucionalistas e no livro avalia as principais falhas que não permitiu ao grupo alcançar a vitória militar.

Mesmo tendo apoiado a revolução pelas armas, Paulo Duarte faz severas críticas ao conflito armando.

---

9 É interessante observar que para Paulo Duarte (como também na obra de Eric Maria Remarque) os interessados por trás da guerra, não aparecem relacionados à classe, mas a indivíduos que indiretamente as representam.

> (...) a guerra não tem encanto. A guerra é o retrocesso de uma máquina de escrever. Inventado para corrigir, corrige batendo uma tecla sobre a outra, porque a gente sempre tem preguiça de usar a borracha. E a letra vira um borrão e toca-se para diante, convencido de que está tudo certo. Sentimento, educação, tudo vai embora substituído pelo borrão dos instintos, porque, na guerra, os instintos aparecem como carrapatos em setembro. Marcha à ré mental. Não gosto de andar de costas, por isso, não gosto da vida de soldado (DUARTE, 1947:13).

Nesse momento, o texto nos faz pensar no paradoxo em que a guerra se desenvolve: vivencia-se a destruição do patrimônio e dos valores e atenta-se para forma brutal com que os impulsos primitivos do homem são estimulados; enquanto o conflito é justificado em nome da civilização e conduzido pelos grandes guardiões da moral.

Em 1932, os paulistas fizeram uso da força argumentativa do papel de "precursores da civilização". A imprensa invocou as qualidades ancestrais da população desse estado, divulgando a imagem de pioneiros da obra do Brasil. A figura do bandeirante é retomada numa visão romântica de heróis paulistas, de desbravadores. Graças a sua tenacidade, construíram o estado mais rico do país. O bandeirante se tornou símbolo dos paulistas, sobretudo nesse momento de encantamento cívico, organizado em torno da simbologia regional.

Por outro lado, na guerra a imagem do povo desbravador e corajoso foi desassociada da realidade. Os princípios tão divulgados na propaganda constitucionalista como a civilidade do paulista, sua união e heroísmo são, nessa ocasião, questionados por Paulo Duarte (1947: 72-73).

> Povo mergulhado anos e anos no comodismo, vivíamos das relativas grandezas de um passado tão longe que parecia uma superstição em que a gente acredita mas nunca viu dar certo... Quantas vezes nesses últimos tempos, não duvidei dos heroísmos das lutas paulistas, vendo a tibieza do exército paulista. Seria possível que deu os bandeirantes que não fugiram nem do índio, nem da febre, nem da onça, nem da floresta, não fosse agora capaz de produzir ao menos meia dúzia de tenentes que não fugissem da trincheira?...

Esse é uma fase bastante tensa para o ex-combatente. A condição de impotência, de não poder responder pelas atitudes dos outros, parecia angustiá-lo. O autor narra

episódios em que de tão habituado a viver subjugado por mecanismos neuro-fisiológicos de sobrevivência adaptativa, suas atitudes se localizam além do centro de racionalidade, com altas “doses” de irritabilidade, descontrole e esgotamento.

Paulo Duarte saiu fisicamente ileso da guerra. Foi atingido por estilhaços de bomba, mas teve apenas um ferimento leve na cabeça. As conseqüências foram mais intensas no aspecto psicológico. Contudo, mesmo em ambientes de extrema tensão, fazia-se o esforço para manter o auto-controle.

> Quantas vezes me invadiu um medo quase irreprimível, sem explicação. Sobretudo à noite, só com muito esforço se consegue vencer a crise. Nos primeiros é mais comum. Depois esses acessos vão diminuindo. Mas, de vez em quando, de surpresa, o medo bate de novo à porta...por isso, não me revolto contra o soldado, mas contra o oficial que corre. Este tem obrigação de dominar-se.
> O segredo do domínio é não perder o raciocínio. Basta pensar que no mais das vezes a segurança está no lugar mais perigoso e a morte numa retaguarda [...]. No ambiente especial das linhas de fogo, essas coisas e mais o hábito vão pondo a gente indiferente e apático. Mas, apesar disso, é preciso um alerta contínuo, porque o medo é o melhor cúmplice do inimigo (Idem, Ibidem:99).

As condições psicológicas dos combatentes eram preocupantes. No campo de batalha exige-se máxima integração - não se permite erros, fraquezas, desencontros e individualismos. Os desentendimentos desvendavam as diferenças de uma organização tão heterogênea. Cada deslize constitucionalista era o anúncio da derrota desse exército.

Ao final da guerra, a resistência às agruras do tempo e da própria natureza aparece como fator que valoriza nomes isolados como o de Euclides Figueiredo e Paulo Duarte, e também estima o sentimento dos “verdadeiros paulistas” e “revolucionários”. O autor diferencia esse grupo dos “traidores” da causa paulista que deixaram se seduzir pelo caminho mais fácil. Tanto em 1930 como em 1932, a derrota não abalou a convicção de superioridade paulista. Pelo contrário, exacerbou o regionalismo dos que identificavam nas medidas do Governo Provisório uma guerra contra São Paulo, movida por inveja e ódio de suas riquezas e civilidade por parte dos outros estados que se debatiam no atraso, analfabetismo e no caudilhismo (HUMBERTO DE CAMPOS *apud* CAPELATO, 1989). Os vencedores são vistos como ocupantes ou invasores de São Paulo; os paulistas que

assinaram o armistício são considerados traidores; e os aliados de outros estados que se renderam, como Klinger, são tratados como “perturbadores”.

> Curioso o destino de São Paulo: basta escolher um amigo que logo surgem os aventureiros da casa e de fora para isolá-la desse amigo ... Foi o que sempre se deu com o seu nome desde o princípio até hoje e que agora se está dando com respeito ao Euclides. E o curioso também é que os maiores perturbadores da ordem paulista são sempre aventureiros de fora da casa... Olhe o que aconteceu com João Alberto, com Miguel Costa e agora com Taborda, Klinger e outros que nos têm dado um peso! ... (DUARTE, 1975:50).

Começa-se a perceber que a glorificada homogeneidade em nome da constituição era apenas um mito discursivo e coercitivo para agregar mais apoio da população do estado. A aparência disfarçava os interesses partidários que fizeram da guerra um meio de conseguir alcançar os objetivos políticos daqueles que almejavam ocupar de alguma maneira um lugar de liderança e influência no cenário político nacional. A antiga divisão partidária do estado de São Paulo voltou a vigorar, pois a Frente Única se desfez. Uma união que para Paulo Duarte sempre esteve sob suspeitas. O autor declarou explicitamente quer era desfavorável a Frente Única com o PRP e, após o desfecho da guerra civil, previa a possibilidade de que os perrepistas aderissem a Getúlio Vargas.

> O perrepismo é irreversível [...]. Estes homens nunca serão capazes de trabalhar, por uma causa, por um país, por uma coletividade, por uma idéia. Trabalham para eles. Para cada um! No máximo, os seus esforços são para o grupinho, nunca sem mesmo para o próprio partido, que é um saco de gatos, e a ele só servem para o escudo de suas mesquinhas ambições. Que dirá por São Paulo ou pelo Brasil! (DUARTE, 1975:43-44)

Paulo Duarte era obcecado pela idéia de varrer da cena política o PRP. Acreditava também que foi a presença do partido que permitiu que os legalistas acusassem o movimento de 1932 de contra-revolucionário. Nessas condições, afirma que a luta contar o perrepismo não se cessaria.

> (...) nós precisamos, de qualquer maneira, impedir que se dê ao nosso trabalho o aspecto antipático e torpe de uma contra-revolução quando, em 1932 como em 1930, os nossos fins eram exclusivamente acabar com a mentalidade triste que passou à história com o nome de perrepismo. Na primeira revolução lutamos contra o perrepismo do PRP. Na segunda lutamos também contra o perrepismo dos tenentes. Se os antigos perrepistas nos acompanharam, foi porque fizemos crer a São Paulo que haviam evolvido e nunca para ressuscitar um regime de deplorável cujo renascimento nós, os do Brasil, jamais o permitiremos (Idem, Ibidem:45).

Contudo, as críticas do autor pareciam desconexas de seu tempo. A década de 1930 marcou um contexto de conflagrações que são comuns em períodos de transição e transformação política. Aos poucos, os ressentimentos de traição com relação aos antigos aliados e de humilhação perante a derrota e o exílio impostos pelos legalistas, foi cedendo lugar às adesões, sendo os paulistas convencidos de que cooperavam com a construção da nacionalidade.

Tanto o orgulho como a dor paulista passaram a ter seu lugar restrito à esfera do privado. Os desabafos e reflexões estavam presentes principalmente nas cartas e nas memórias, mas não na história nacional. O livro *Palmares pelo avesso* ficou guardado por quinze anos, até que se alcançasse o clima político mais ameno. Não obstante, foi publicado no Governo Dutra, sob regime constitucional, mas não muito distante das condições políticas dos anos precedentes.

Paulo Duarte incomodava-se com o esquecimento a que o movimento foi condenado. A escrita é o meio pelo qual o autor e outros intelectuais excluídos do poder encontraram para de alguma forma continuar a oposição a Getúlio, na esperança de redefinir suas posições no jogo político e assegurar um lugar na história.

> No fim, vencidos, esperavam-nos a cadeia, vexame, novos padecimentos, esquecimento de todos... Vitoriosos, esquecidos da mesma maneira, enquanto a retaguarda que não temeu de frio ou de medo, que não padeceu fome, que não ouviu bala, que nada arriscou, abocanhava a conquista à custa deste penoso sofrimento. Toda aquela amargura de humildes, para dar o mando talvez a quem não merecesse uma gota daquele sangue anônimo, um arranhão nesses corpos conformados (DUARTE, 1947: 112).

Considerações finais

A trajetória de Paulo Duarte não é muito diferente de outros intelectuais da época. Cursou a Faculdade de Direito em São Paulo, que era a principal instância no campo da produção ideológica do país: atuando como intermediária na importação e difusão da produção intelectual européia e concentrando inúmeras funções políticas e culturais. Os portadores de diplomas superiores formaram a elite intelectual da época, que para os liberais paulistas, eram os responsáveis por formar a consciência nacional e disciplinar a mentalidade do povo. Essa elite bacharelesca começava a se abrir para os pertencentes das classes menos abastadas. Paulo Duarte integra o grupo dos "primos pobres" das oligarquias, cujas famílias encontram-se relativamente afastadas da classe dirigente[10].

As circunstâncias levaram Paulo Duarte a fazer parte de uma elite intelectual fora do poder - que portava planos para alcançá-lo- e de oposição aos que nele se acomodavam. Esse grupo apresenta olhares e projetos de nação diferentes dos divulgados por aqueles que estavam no governo. Esses planos, sentimentos e afetividades são apresentados nas obras memorialistas de Paulo Duarte e de outros opositores ao governo descente de 1930.

Como a maioria dos intelectuais do seu tempo achava-se no dever de ditar regras de comportamento, de controlar as decisões políticas, encontrar a saída messiânica e salvadora para o Brasil. É nesse sentido que o autor trilhou o caminho revolucionário.

> Eu, na realidade não nasci revolucionário, fui condenado a ser revolucionário ou, melhor, um revoltado a existência inteira, diante das fustigadas que a vida me reservou pelas mãos dos velhacos, dos políticos primários e desonestos, das hostilidades que se voltam contra os homens que fazem questão de pensar por conta própria. *(*DUARTE, 1974: 104)

---

10 Sobre os "primos pobres" da oligarquia das décadas de 1920 e 1930, ver Sergio Miceli, *A transformação do papel político e cultural dos intelectuais da oligarquia.* 1979.

Fora do poder almejado após 1930, Paulo Duarte e os democratas não blasfemaram contra a gloriosa conquista. A revolução continuou sendo o caminho estreito dos interesses justos e libertadores contra a politicalha que persistia em sobreviver na política nacional. O discurso do autor é incisivo nesse sentido e não se desfaz no tempo.

> Eu, todas as campanhas revolucionárias no Brasil me viram nas linhas de frente. Todos os períodos mais violentos encontraram-me ou na ação ou na cadeia das velhas oligarquias. Um dia vencemos. Mas os oportunistas vieram na retaguarda das tropas vitoriosas. Encontraram o político recém caído [Washington Luis] em sua capa feita de retalhos de todas as torpitudes de uma mentalidade também carcomida. Puseram o político no navio e o exilaram.
> Mas ficaram com a capa! Esta é que deveria ter sido atirada ao mar (DUARTE, 1947:296).

A derrota do liberalismo e do regionalismo paulista não é admitida nem em 1930, nem em 1932. Das argumentações do autor o que se entende é que os paulistas se tornaram vítimas de um processo histórico que conspirou contra eles. Caso fazia-se preciso separa o joio do trigo, para Paulo Duarte ele e seus amigos fieis (que eram poucos) eram o trigo de melhor qualidade.

Essas impressões que o texto transmite ao leitor são decorrentes dos recursos narrativos que Paulo Duarte utiliza para legitimar sua versão perante a história. Para que seu discurso não seja visto como de um fracassado, mas de um justiceiro. A imagem que prevalece de si é a de um Dom Quixote, como o define Érico Veríssimo no prefácio de *Raízes profundas:* "cavaleiro andante capaz de entrar gratuitamente em pelejas alheias, desde que esteja em jogo o espírito de justiça e de humanidade, esse Quixote lúcido que jamais confunde moinhos de ventos com gigantes, mas que se lhe surgirem gigantes no horizonte ele lhes dará rijo combate" (VERÍSSIMO *apud* DUARTE, 1974: VI).

As *Memórias* e *Palmares pelo avesso* têm a marca subjetiva do "horizonte de experiências" do autor. Essas obras são as fontes dessa pesquisa. Contudo, esse conceito é visto de uma perceptiva mais ampla na historiografia, que privilegia a relação da sociedade com o seu passado e valoriza as diversidades das fontes. Apropria-se da concepção de "tradição das lembranças" de Mastrogregori, admite-se o estudo do passado

sob as impressões dos contemporâneos; ao passado relido no olhar dos que escreveram quando esse ainda era presente, com suas imprecisões e certezas de quem não conhecia os rumos que os acontecimentos iriam se direcionar. É no escrito do passado que se percebem as primeiras análises dos fatos e a partir dessas pode se acompanhar o movimento da lembrança e captar a produção dos discursos.

O movimento constitucionalista causou grande comoção no povo paulista. Contudo, em todas as épocas e guerras, há sempre o elemento oculto que torna-se visível e reluzente depois da explosão de entusiasmo. Os constitucionalistas utilizaram o rótulo de uma luta contra os vícios do passado político, mas não conseguiram vivenciar as mudanças, no momento em que essas atingiram o regionalismo paulista.

A (re)constitucionalização tornou-se uma espada, o instrumento com o qual o constitucionalistas combateria o adversário. Mas a quem ela defenderia? Parafraseando Holien Bezerra (1989) "revoluções", golpes e contragolpes se sucedem na vida política do Brasil. Esses movimentos conseguem seduzir importantes segmentos sociais e chegam a ser assumidos como populares, contudo, essas "revoluções" estão a serviço do projeto da classe dominante. E não se pode negar que 1932 tenha sido um produto das contradições no seio da classe dominante. Como o próprio Paulo Duarte admite quando reflete sobre a pergunta de um soldado que o levou a ir para o *front*, onde se deparou com a guerra de verdade:

> - O Sr. nos manda pra trincheira, mas vai também com a gente?
> Agora, já não teria coragem de chamá-lo covarde. Porque eles não eram covardes. Eram homens. E homens simples, ingênuos, a quem nada aproveitava aquela guerra que talvez nem compreendessem.
> Que idéia os cândidos caboclinhos da Força Pública ou do Exército fariam de uma Constituição pela qual combatiam? Que idéia faziam dos malefícios da ditadura? Que idéia faziam da Lei, quando repetiam tantas vezes que combatiam pela Lei?... (DUARTE, 1947: 30).

Por mais que o texto de Paulo Duarte seja uma defesa da causa constitucionalista é impossível escapar das contradições, pois a obra é escrita no seu tempo, sendo um relato de uma época. O que é escrito faz parte de uma reflexão a que o autor se propõe. Contudo, interessa que apesar das marcas do esquecimento e do ocultamento, no texto

pode se perceber, mesmo que implicitamente, a dimensão referencial do ambiente exterior e da temporalidade. E assim pode se concluir que mesmo efetivamente vencedora, o movimento de 1932 não significaria uma ruptura com o passado, mas também não se trata de uma contra-revolução. É um itinerário dos grupos que almejavam alcançar mais que um ideal, mas o poder.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. In.: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 4, (7), 66-81. 1991.

- BEZERRA, Holien Gonçalves. O jogo do poder: Revolução Paulista de 32. São Paulo: Moderna, 1988.

- BORGES, Vavy Pacheco, *Memória Paulista*, São Paulo: EDUSP. 1997.

- CAPELATO, Maria Helena, *O movimento de 1932: a causa paulista*, São Paulo: Brasiliense. 1981.

- CARVALHO, José Murilo de, *Forças armadas e política no Brasil*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

- DUARTE, Paulo. *Memórias: Raízes Profundas*. v. 1, São Paulo, Hucitec, 1974.

- _____. *Memórias: Inteligência da Fome*. v. 2, São Paulo, Hucitec, 1975.

- _____. *Palmares pelo Avesso.* São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

- GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História.* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

- KOSELLECK, Reinhard, *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos;* tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

- MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In.: *A história escrita: teoria e historiografia.* MALERBA, Jurandir (org). São Paulo: Contexto, 2006, 65-93.

- MICELI, Sergio. A transformação do papel político e cultural dos intelectuais da oligarquia. In.: *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945).*Rio de Janeiro- São Paulo: Difel. 1979. 1-68

- PEREIRA, Antonio Carlos, *Folha Dobrada*, São Paulo: O Estado de São Paulo, 1982.

- PIÑA, Carlos. Sobre la naturaleza del discurso autobiográfico. In.: Anuário Antropológico/88. Brasília: Editora UnB, 1991

- PONTES, José Alfredo Vidgal, *1932: Brasil se revolta- o caráter nacional de um movimento democrático,* São Paulo: O Estado de São Paulo/ Terceiro Nome, 2004.

- REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front.* São Paulo: Abril Cultural, 1981.